

Editorial

O ano de 2023 se abriu com muitas esperanças acerca do terceiro mandato de governo de Lula da Silva. Após a mais acirrada eleição nacional desde a redemocratização e quatro anos de calamidades com Bolsonaro, a posse Lula teve um gosto de festa e celebração de massa, ainda que com uma evidente trava de tensão, colocada pelas divisões políticas que obviamente não se dissolveram com o resultado das eleições. O “patriota” fugiu covardemente para os Estados Unidos às vésperas da posse do novo governo. Lula preparou-se para cerimônia da posse, que contou com a presença de importantes chefes de Estado e autoridades internacionais, evidenciando a legitimidade e a boa receptividade do novo governo no cenário internacional. Um forte esquema de segurança foi montado de forma a garantir a integridade dos novos representantes do governo e das demais autoridades, bem como do público geral e dos artistas convidados para apresentações musicais no “Festival do Futuro”, o que reforçou o sentido de recomeço e esperança nos tempos vindouros.

Uma celebração válida, necessária e notável. Foi um evento de massa, politicamente revelador no seu caráter antifascista, liberal-democrático e aliancista, além de simbolicamente potente, assumindo seu compromisso com a diversidade e a representatividade de grupos minoritários e subalternos. Subiram a rampa do palácio o novo presidente e sua esposa “Janja”, o vice-presidente Geraldo Alckmin e sua esposa, Lu Alckmin, além de ativistas, representantes de movimentos sociais e a cadela Resistência. À primeira vista, tudo festa, só emoção. Mas, o cenário é mais complexo. Em realidade estava tudo ali, o alívio e os limites; a festa e o apagar das luzes. A troca de gravatas entre Lula e Alckmin foi a nova “Carta aos brasileiros”. Lula, comprometido até o pescoço com o projeto social-liberal, despe-se agora do último símbolo de esquerda ainda restante no Partido dos Trabalhadores (PT), o vermelho da gravata, para vestir-se com o tradicional azul do ex-PSDBista Alckmin. Já com o vermelho no peito, Alckmin foi, no mínimo, piada de mal gosto, sendo ainda fresca a memória da brutalidade de seu governo no corte do leite das crianças das escolas públicas e na retirada dos cobertores de usuários de crack em pleno frio congelante de São Paulo. A cena toda foi desconcertante, mas era o preço do pacto, mais um capítulo na longa estrada de alianças com o centrão para garantir a governabilidade. Boa parte da esquerda se contentou com a festa, fechou os olhos para a simbólica troca de gravatas e perigosamente vem se colocando numa posição cômoda de jogo ganho, como se tudo estivesse resolvido com a vitória eleitoral e a posse.

Não tardou para a realidade bater à porta. Bolsonaro embarcou em fuga e deixou para trás as residências oficiais em péssimo estado, o patrimônio depredado em muitos níveis. Foram identificados no palácio infiltrações no teto danos na madeira da sala de estar; rachaduras no piso de madeira de jacarandá; vidros rachados; poltronas de couro rasgadas e manchadas; tapete com buracos; peças de arte sacra do século XIX abandonadas no chão. Mas isso foi só um ensaio para o que estava para acontecer. Em 8 de janeiro, acordamos com a invasão e a depredação do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto por milhares de apoiadores e ativistas bolsonaristas. O ataque, cuidadosamente orquestrado, emulou a invasão do Capitólio e contou com a presença de servidores públicos, inclusive alguns militares, que foram gravados pelas câmeras de segurança participando e organizando o ato. O ataque foi transmitido ao vivo pelos próprios golpistas em suas redes sociais. A rapidez e facilidade da invasão revelam toda a fragilidade política da frente

amplíssima, incapaz de conter a fúria e a revolta de setores sociais insatisfeitos, bem como de controlar as forças de segurança do Estado, conhecidamente apoiadoras de Bolsonaro e comprometidas com um projeto antidemocrático. O prejuízo ao patrimônio público foi incalculável. Foram quebrados vidraças e móveis, obras de arte, incluindo um Di Cavalcanti atacado a facadas; objetos históricos foram vandalizados; gabinetes de autoridades foram invadidos, tendo equipamentos destruídos e documentos rasgados, sem contar o roubo de armas. O pesadelo contou ainda com cenas escatológicas e repugnantes dos invasores marcando sua presença com excrementos e outros dejetos corporais em meio às salas do palácio. Mais de 1400 pessoas foram presas em flagrante, além de outras tantas posteriormente.

Abril foi mês da criação das CPIs e de expectativas frustradas quanto ao enfrentamento do PT ao avanço da reforma do ensino médio. A somar-se com a invasão e a vandalização dos prédios dos três poderes estão ainda a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Golpe, a CPI da manipulação do Futebol, a CPI do Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a CPI das Americanas. Esta última, talvez a mais tradicional varejista do país, investiga um rombo de 43 bilhões de reais provocado por gestão fraudulenta.

No tocante à implementação do Novo Ensino Médio, Lula declarou que não vai revogar a reforma, apenas suspendê-la temporariamente para discutir e fazer ajustes. Essa decisão foi tomada após intensos debates e manifestações de diversos setores da educação no país, principalmente de professores e alunos. Uma posição acuada, como se o problema da reforma fosse de forma ou método que podem ser ajustados e não de princípio. Formar o precariado, produzir ativamente um trabalhador desqualificado; um cidadão despolitizado e despoetizado; um sujeito ignorante e resignado; um indivíduo fútil e dócil. É disso que se trata. Não há ajuste possível com esses princípios norteadores. É frustrante, especialmente por ter sido o setor da educação, um dos que mais trabalharam para eleger Lula, mas não surpreende. É o preço do pacto. É a gravata azul. É mais um capítulo da já tradicional conciliação petista. Diante desse desafio, não bastam palavras de alento e reconhecimento do professor. É preciso avançar além do simbólico! Um professor subiu a rampa com Lula no dia posse para, no dia seguinte, ver Lula baixando a cabeça para uma das reformas educacionais mais cruéis que já testemunhamos. Palavras ao vento!

A boa notícia do ano por enquanto fica por conta da área da saúde. A despeito do lamentável saldo de 700 mil mortes em fevereiro, o Brasil recebe com alívio a notícia da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o fim oficial da pandemia de Covid-19 como emergência global sanitária. Teremos que ajustar a nossa vida para conviver com a doença, tornando crucial campanhas regulares de vacinação e a volta dos investimentos no SUS. Nosso sistema de saúde pública vem sobrevivendo a duras penas à pandemia e ao projeto neoliberal de desmonte desde seu nascimento com a Constituição de 1988. É talvez o filho da Nova República que mais vem lutando para sobreviver. Nem a brutalidade de Bolsonaro, o infortúnio da pandemia e a incompetência de Pazuello conseguiram matá-lo. Num truque de mestre é justamente o Sistema Único de Saúde (SUS) que revela mais uma fraude do ex-presidente, identificando adulteração em seu cartão de vacinação, no de sua esposa Michele e da filha Laura. Nem mesmo o sigilo de 100 anos foi capaz de blindá-lo da operação de busca e apreensão da polícia federal e das investigações de fraude nos cartões de vacinação da covid-19 no sistema do Ministério da Saúde.

Abrimos esta edição com o artigo de Mário Souza, “Hegemonia e a transformação do racismo em força social e numa das estruturas da sociedade brasileira”, vale-se de uma categoria primordial para o pensamento gramsciano para analisar o racismo estrutural

presente no capitalismo brasileiro. Para isso, o autor concentra sua análise em três momentos essenciais: o racismo como construção social; a penetração da ideologia racista nas subjetividades de brancos e negros; por último, mas não menos importante, a funcionalidade dessa estrutura para a funcionalidade do capitalismo brasileiro.

Já o artigo de Leonardo Sartoretto, “Contribuição ao estudo político da implementação do corporativismo brasileiro (1930-1945)” é um estudo histórico sobre a origem e a natureza do corporativismo no Brasil, tendo como principal mote a luta de classe e a mobilização dos trabalhadores rurais nesse processo. O artigo tece ainda críticas ao trabalhismo, que é a interpretação hegemônica na historiografia sobre a temática da organização sindical da classe trabalhadora no Brasil pós-1930.

O artigo de Pedro Mantovani, “Sobre a luta pelo teatro épico na Alemanha”, procura situar o desenvolvimento do teatro épico por Brecht, destacando o contexto histórico de refluxo revolucionário na virada do século XIX para o século XX. O texto mostra como Brecht conseguiu, através da elaboração de suas peças didáticas, questionar a linha majoritária preconizada pelo *agitprop* stalinista, problematizando importantes questões conjunturais e reafirmando o referencial teórico marxista como aquele que sempre se refere à análise concreta de uma situação concreta.

O artigo de Petrus Alves Freitas, “Introdução à Estética de György Lukács e o papel da arte para o enriquecimento da personalidade humana”, trata de um tema de grande importância dentro da grande diversidade de assuntos abordados na obra de Lukács. Para dar conta do tema, o texto analisa o gradual desprendimento do reflexo estético do complexo do trabalho, seu momento primordial, destacando a importância adquirida pela arte para a formação da subjetividade humana ao estabelecer na particularidade uma forma de mediação entre indivíduo e gênero.

Por último, artigo de André Guimarães intitulado “Sobre o conceito em Marx”, que faz um primoroso debate filosófico sobre a definição de “conceito” e “categoria”, mostrando as inovações de Marx em relação à perspectiva kantiana e hegeliana, sobretudo. O autor mostra as origens epistemológicas e a utilização dessas noções tão caras a Marx como elementos inovadores de uma metodologia e como parte da construção da ontologia implícita a sua obra.

A seção *Notas Críticas* traz três resenhas de trabalhos de expressão publicados ao longo do ano passado e dos primeiros meses desse ano. Trata-se das resenhas de “Dialética do marxismo cultural”, resenhado por Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa; “Um porto no capitalismo global”, cuja resenha coube a Thiago Mantuano e “Ecologia marxista para pessoas sem tempo”, resenhado por Marcelo Badaró Mattos.

Na seção *Luta e Memória* trazemos o texto de Sidarta Landarini cujo título é “O neostalinismo, nostalgia e o realismo capitalista”. Trata-se de um ensaio baseado nas críticas de Mark Ficher sobre o realismo capitalista utilizado por *influencers* de esquerda como Jones Manoel e Ian Neves. A falta de horizonte de um futuro sem capitalismo e o revisionismo histórico sobre o stalinismo, denominado de neostalinismo, são os principais elementos capturados por esses jovens comunicadores digitais que, consciente ou inconscientemente, reproduzem a lógica algorítmica da internet que privilegia os discursos “lacrados”, a mesma utilizada pela extrema direita.

Diante de uma política institucional democrática fragilizada (ou inexistente?), nosso tradicional Colóquio Internacional terá como tema, neste ano, “Democracia contra o capitalismo? Renovando o materialismo histórico”. O evento está marcado para os dias 11 a 15 de setembro e contará com apresentação de trabalhos, minicursos e mesas plenárias

com pratos da casa e convidados externos. A programação completa já se encontra no nosso site (<https://niepmarx.blog.br/mm2023/>) onde também é possível conferir o histórico dos nossos eventos e os anais dos trabalhos apresentando em anos anteriores.

Não poderíamos terminar esse editorial sem agradecer ao esforço coletivo dos colegas do NIEP-Marx que possibilitaram a publicação deste número. Nossos sinceros agradecimentos. Oficialmente, estamos finalizando o processo de transição da comissão editorial. Uma boa jornada de sucesso aos colegas que assumiram essa tarefa.